



## Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense?

### Political, economic and social-environmental implications of RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectives of sustainable development in the estuary of the State of Pará?

*Iane Maria da Silva Batista* – Historiadora, mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFGA) e doutoranda em História Social da Amazônia (UFGA). Docente colaboradora do Plano Nacional de Formação Docente (PARFOR), Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá, Belém-PA, Brasil. Email: iane@ufpa.br

*Lígia Terezinha Lopes Simonian* – Pós-doutora pela City University of New York, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido (NAEA/UFGA). Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá, Belém-PA, Brasil. Email: simonianl@gmail.com

---

#### Resumo

Os efeitos políticos, socioeconômicos e ambientais produzidos pela criação da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá (PA) sobre o território e sociedade local são diversos. A criação de uma unidade de conservação no município viabilizou parcerias, intercâmbios e convênios, ao mesmo tempo em que engendrou a implantação de políticas públicas, direcionadas precisamente às populações tradicionais, historicamente excluídas. Todavia, em que pese os avanços obtidos, constata-se, ainda, a persistência de práticas insustentáveis no manejo dos recursos naturais existentes, bem como uma correlação de forças políticas desequilibrada, que afeta negativamente o tratamento das questões socioambientais existentes.

#### Palavras-chave

RESEX Mãe Grande de Curuçá. Sustentabilidade. Recursos naturais.

#### Abstract

The political, economic and socio-environmental effects caused by the creation of the Marine Extractive Reserve of Mãe Grande de Curuçá-PA, on the local area and population, are diverse. The creation of the conservation unit in the municipality made it possible partnerships, interchanges, and agreements, as it engendered the implementation of public policies, directed toward the traditional population until then historically excluded. However, despite advances, one verifies the persistence of unsustainable practices of management of the existing natural resources, as well as a correlation of unstable political forces which affects negatively the treatment of the existing socio environmental issues.

#### Keywords

RESEX Mãe Grande de Curuçá. Sustainability. Natural resources.

## INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável inserem-se em um processo social de construção de alternativas aos padrões desenvolvimentistas vigentes até décadas recentes. O artigo discute as implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande no município de Curuçá. Nestes termos, analisam-se as suas relações institucionais no cenário socioeconômico e político local, bem como as tendências recentes em termos de apropriação e uso dos recursos.

A reserva extrativista marinha Mãe Grande de Curuçá abrange uma área de aproximadamente 37.062 hectares de estuário, zona de transição entre as águas dos rios e o oceano, que forma o ecossistema manguezal. A rica biodiversidade desses ecossistemas e o manejo de seus recursos têm uma importância estratégica não apenas para a sobrevivência das populações tradicionais, mas também na economia regional, particularmente no que diz respeito ao potencial pesqueiro (RELATÓRIO, 2005).

A unidade de conservação em questão é constituída de 52 comunidades de pescadores artesanais e agricultores familiares, distribuídos ao longo de rios, ilhas, praias, furos e também à margem de estradas (PAE..., 2007). A reprodução socioeconômica de seus usuários está diretamente relacionada ao manejo dos recursos naturais ali existentes. Deste modo, a pesca, a agricultura de subsistência e a extração de moluscos, mariscos e crustáceos são atividades cotidianamente praticadas no contexto da RESEX.

A criação da RESEX Mãe Grande, pleiteada a partir da mobilização de sujeitos diversos representou uma possibilidade de implementação de um modelo novo de desenvolvimento no município de Curuçá, condizente com os princípios da sustentabilidade. Com efeito, a análise dos dados coletados em campo e o exame da documentação consultada no processo da pesquisa revelam que a implementação de uma unidade de conservação no município de Curuçá provocou um impacto na correlação de forças políticas locais.

## 1 IMPLICAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIOAMBIENTAIS DA RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

Segundo o relatório final do Projeto Gestão Participativa na RESEX Mãe Grande (ROCHA, 2007), a criação dessa veio a contrariar as práticas políticas e econômicas prevaletentes na região, como o paternalismo, o assistencialismo

sistemático e a dependência do atravessador, ainda predominante entre agricultores, pescadores e extrativistas do mangue e da maré. Representou, ainda, uma mudança na percepção do manejo dos recursos naturais existentes na área, desprovido de quaisquer políticas de ordenamento e de exploração racional até então.

De fato, com o fito de atender aos objetivos de sua criação – “[...] assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local” (BRASIL, 2002) – a RESEX Mãe Grande tornou-se um instrumento canalizador de repasses financeiros, sobretudo recursos do governo federal para o município. Por outro lado, este território de conservação e produção atraiu a atenção de instituições de ensino e pesquisa diversas, tornando-se campo profícuo para projetos de pesquisa e extensão, inclusive em nível de pós-graduação. Tais projetos, de modo geral, contribuem para o conhecimento das especificidades socioeconômicas, ambientais, biofísicas e culturais da região.

Neste contexto, diversas políticas públicas foram executadas no município, por intermédio da RESEX. Nessa direção, há que se destacar a construção da Casa do Pescador – espaço de convivência e integração dos usuários da UC e sede da AUREMAG, e o reconhecimento institucional da população extrativista da RESEX, como beneficiária do Programa Nacional da Reforma Agrária, viabilizando o acesso a créditos de instalação, construção de moradias e fomento à agricultura familiar via PRONAF; e, ainda, ações no campo da prevenção de doenças, oficinas de artesanato e cursos de capacitação relacionados às atividades produtivas, como criação de mariscos, passaram a ser desenvolvidas (BATISTA, 2010).

A existência de uma unidade de conservação da natureza no município, também veio a facilitar, ao menos em termos formais, a fiscalização e a ingerência dos órgãos competentes, nas atividades predatórias dos recursos naturais. E, com o Projeto de Habitação do INCRA para os extrativistas curuçães, viabilizou-se uma oportunidade de inclusão social, por meio da RESEX Mãe Grande. Em outros termos, esta UC obteve uma significativa “agregação de valor”, alcançando, assim, ampla visibilidade.

No plano das políticas públicas, uma conquista importante na direção dos objetivos da RESEX ocorreu através da Portaria Interministerial nº 13, de 19 de setembro de 2002, celebrada entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Tal documento expressa, em seu artigo 1º, o reconhecimento das populações extrativistas tradicionais das RESEX, como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2002, p. 79), considerando estas como modalidades inovadoras de ocupação

da Amazônia, “[...] constituindo-se em mais uma alternativa aos projetos de assentamento convencionais”. A partir deste reconhecimento, os usuários destas UCs passam a ter acesso a políticas públicas até então direcionadas apenas para assentamentos da reforma agrária, institucionalizados no âmbito do INCRA.

No contexto da RESEX Mãe Grande, estas políticas foram materializadas através do Programa Créditos de Instalação, o qual permite o suporte inicial aos assentados do Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o acesso ao PRONAF, modalidade A, e a construção de moradias. A concessão dos créditos iniciais, na modalidade Fomento, foi no valor de R\$ 2.400 por família (PAE..., 2007) e propiciou a obtenção de insumos necessários às atividades produtivas (redes de pesca, *freezers*, bicicletas, fogões a gás, canoas a remo, motores de pesca etc.), aquisição de cestas básicas etc.

Inicialmente procedeu-se o cadastramento das famílias que se enquadravam nos critérios determinados pelo órgão gestor da política, o INCRA. Desse modo, apenas sujeitos comprovadamente extrativistas, pescadores e/ou agricultores seriam contemplados, mormente os que não possuíssem casas de alvenaria, excluindo-se então os proprietários de imóveis desta modalidade, bem como funcionários públicos.

De acordo com Milton Vilhena,<sup>1</sup> técnico do INCRA, responsável pela instalação do projeto na RESEX Mãe Grande, o Projeto de Habitação previa a construção de 6.000 imóveis, sendo que deste montante, aproximadamente 1.350 já foram construídos, e os demais estão aguardando a execução das próximas fases. Segundo o PAE... (2007), R\$ 6,5 milhões teriam sido investidos neste empreendimento.

Em que pese a intenção positiva original da proposta, de melhorar a qualidade de vida dos usuários da RESEX, através da melhoria das condições de habitação, este processo foi marcado por uma série de situações irregulares, no mínimo discutíveis (BATISTA, 2009, 2008. n. c.). Entre estas, destacam-se a falta de planejamento, falhas de comunicação entre os sujeitos envolvidos na condução do processo e a comunidade, ausência de informações acerca dos objetivos e dos trâmites formais do projeto, ingerência política de determinados atores sociais, não cumprimento dos critérios estabelecidos para a obtenção dos benefícios do PNRA, péssima qualidade do serviço prestado, tendo-se registrado em diversas comunidades imóveis inacabados, destoantes do projeto original, apresentando infiltrações e rachaduras<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Entrevista concedida à primeira autora em 21 de junho de 2010.

<sup>2</sup> Exceção foi encontrada nas comunidades de Murajá e Candeuva, onde, segundo os presidentes das associações comunitárias locais, os moradores exerceram uma fiscalização sistemática das construções, garantindo, assim, padrões mínimos de qualidade.

Além disso, seus efeitos ficaram muito aquém do almejado e necessário para a minimização dos problemas existentes nas comunidades. Ainda, segundo Reserva (2009), o projeto acabou mudando o foco das atribuições da RESEX, voltadas à sustentabilidade dos recursos naturais, pois muitas pessoas passaram a associar esta UC unicamente à viabilização das “casas do INCRA”.

Por outro lado, verificou-se, em campo, uma disputa entre sujeitos diversos em torno dos potenciais recursos canalizados por este programa para os usuários da RESEX Mãe Grande. A tentativa de obtenção de dividendos políticos, aliás, marcou o contexto de execução desta política pública no município de Curuçá desde o seu início.

A fala do representante da associação comercial do município,<sup>3</sup> Moisés Feitosa da Silva, é emblemática desse processo:

[...] o recurso entrou no município, estagnou a economia local. O comércio deixou de vender, principalmente bicicletas, 500 e poucas que deixaram de ser vendidas [pois] quem ganhou deixou de comprar. A reserva é mais um órgão que mexe com recursos, que pode movimentar o município ou pode estagnar. [...] é preciso escoar o recurso pra gerar emprego e renda pro município<sup>4</sup>.

Pelo que se pôde investigar, um dos fatores de descontentamento entre os comerciantes teria sido a aquisição em outros municípios dos equipamentos viabilizados por meio do Crédito de Instalação. Nesta perspectiva, a considerar o volume dos recursos envolvidos, haveria se perdido uma oportunidade excelente de dinamizar o comércio local.

Atualmente, veicula-se que o atraso na segunda fase do programa deve-se a uma “queda de braço” entre a administração pública municipal e lideranças ligadas à RESEX (BATISTA, 2010, n. c.). Embora esta questão não tenha sido aprofundada, no decorrer da pesquisa verificaram-se circunstâncias diversas, que sugerem minimamente um processo de disputa pelo controle da gestão da RESEX. Nessa direção, há que se destacar práticas de cooptação de lideranças pertencentes ao quadro da AUREMAG e tentativas reiteradas de instituições notoriamente dirigidas por funcionários do primeiro e segundo escalão da administração pública municipal, de ingressar no Conselho Deliberativo da UC.

<sup>3</sup> Informação verbal repassada à primeira autora em 22 de junho de 2010.

<sup>4</sup> Um interlocutor que pediu para não ser identificado informou que na época da instalação do projeto, o prefeito em exercício criou uma série de obstáculos à sua implementação, pois desejava que os repasses financeiros fossem viabilizados via prefeitura municipal. Todavia, conforme definido legalmente pelo artigo 14 da NE n° 40, tais repasses são feitos por intermédio de conta corrente específica, em nome da associação dos beneficiários, no caso em tela, a AUREMAG. Segundo outro interlocutor, que também solicitou o anonimato, aquele gestor teria tentando impedir o ingresso de caminhões transportando os equipamentos adquiridos por meio dos Créditos de Instalação, pois não teriam gerado impostos para o município (BATISTA, 2010, 2009, n. c.).

Em que pese a gravidade e o cinismo de tais questões, a construção de casas e, sobretudo, o fornecimento dos insumos, representou, ainda que minimamente, uma alteração positiva na vida dos seus beneficiários. As péssimas condições de moradia da maioria da população das comunidades e a inexistência de políticas públicas direcionadas a este público evidenciam a relevância deste empreendimento. E, embora haja registros da comercialização de apetrechos obtidos, e mesmo de casas, o que é legalmente proibido, a aquisição de bens de consumo duráveis, como *freezers*, fogões, motores para barco, bicicletas, canoas e redes de pesca, entre outros, contribuiu para melhores condições de trabalho.

O refrigerador, por seu turno, proporcionou a venda de determinados produtos como o gelo, bem como a possibilidade de consumo de produtos frescos. Isto é particularmente relevante no Pará, estado em que, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), o câncer de estômago é o terceiro que mais atinge a população (BRASIL, 2006), provocado precisamente pelo consumo sistemático de alimentos secos e/ou salgados.

No entanto, em termos gerais, tal política de apoio à população extrativista de Curuçá exerceu efeitos modestos e/ou irrisórios. O modo como foi executada indica um distanciamento e desconhecimento da complexa realidade socioeconômica e cultural na qual seus potenciais beneficiários estão inseridos. Ademais, e conforme já mencionado, a continuidade do Projeto encontra-se comprometida devido, entre outros fatores, às questões envolvendo o controle dos recursos financeiros direcionados à RESEX.

As dificuldades quanto à opção pela sustentabilidade na UC em tela, apresentam-se também em outros aspectos. Constatou-se, durante as pesquisas de campo, uma tendência ao manejo insustentável dos recursos naturais. Processo este aguçado por fatores distintos, tais como a utilização de técnicas novas de captura de espécies do mangue e da maré, as quais acirraram a pressão sobre os recursos; empreendimentos executados pela administração pública municipal que ignoram as especificidades socioambientais locais e limitações técnicas e orçamentárias ao processo de fiscalização das práticas predatórias, por parte do órgão ambiental competente.

As atas de reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX registram denúncias de ocorrências diversas, com prejuízos às atividades de subsistência de seus usuários, e outras, efetuadas por estes, tais como: prática de pesca esportiva na área da reserva, sem licença, com o uso de embarcações de pequeno porte do tipo voadeira; e a retirada de madeira do mangue para a confecção de carvão.

Por seu turno, ações desenvolvidas no âmbito da administração municipal, visando promover o desenvolvimento do município, estão a agravar o cenário

de insustentabilidade. Emblemático nessa direção é o Projeto Roteiro do Sol, cuja primeira edição ocorreu em julho de 2009, promovendo incursões turísticas na praia da Romana, no período de férias escolares. Esta praia, que até então era pouco explorada pelo turismo comercial, dada a dificuldade de acesso e a inexistência de infraestrutura, passou a fazer parte da política oficial, com vistas a fomentar a atividade turística no município de Curuçá.

Com isto, intervenções diversas foram efetuadas na área, como a utilização de um veículo automotivo para o transporte de turistas, o primeiro desta modalidade a circular na Romana, de acordo com José Corrêa,<sup>5</sup> morador da ilha. Note-se que no período em questão constatou-se uma expressiva oferta de “piqueniques” particulares para a praia, sem qualquer regulamentação por parte do poder público municipal, seja no que se refere à segurança dos banhistas, seja em relação a medidas de conscientização sobre o tratamento do lixo, exemplarmente. Aliás, mesmo no contexto do roteiro “oficial” acompanhado por assessores da prefeitura, não se observou esta questão.

A produção e o acúmulo de lixo de diversos tipos é uma das consequências nocivas do crescimento gradativo do número de visitantes na praia da Romana. Esse processo é agravado pela inexistência de sistemas de esgotamento sanitário, causando o despejo de dejetos humanos diretamente no mangue<sup>6</sup>. E, conforme verificado em campo (BATISTA, 2009, n. c.), os pescadores que possuem ranchos<sup>7</sup> na área, já estão começando a se preocupar com a segurança dos apetrechos de pesca armazenados no local.

Por outro lado, a atividade turística representa uma maneira de as famílias de pescadores incrementarem a renda, ainda que temporariamente. São grupos familiares, mobilizados e/ou selecionados pela Prefeitura Municipal de Curuçá ou por iniciativa própria, que garantem aos turistas o fornecimento de comida e bebida – água de coco, caranguejo, refrigerantes, cervejas etc. – durante a estada na praia<sup>8</sup>. No entanto, segundo estes mesmos pescadores (BATISTA, 2009, n. c.), eles não são capacitados pelo órgão público para a realização destas atividades.

Há que se ressaltar que a praia da Romana constitui um cenário de beleza singular. Com uma extensão de aproximadamente 14 km e características naturais ainda preservadas, sua localização afastada dos centros urbanos a torna um ambiente atrativo à prática turística. A pensar como Quaresma (2003, p. 105),

<sup>5</sup> Informação verbal repassada à autora primeira em julho de 2009.

<sup>6</sup> Com efeito, como não há um sistema de esgotamento sanitário na praia, urina e fezes são despejadas diretamente no mangue.

<sup>7</sup> Moradias provisórias de pescadores, ocupadas apenas nos períodos em que a pesca é efetuada na praia. Consistem geralmente em um compartimento, cercado com varas de madeira e coberto com palhas.

<sup>8</sup> Toda a mercadoria é transportada do continente, porém os resíduos são deixados no local.

“[...] a busca de áreas naturais e litorâneas para o lazer e a contemplação tem sido reforçada pela crescente urbanização das metrópoles”. Todavia, a utilização deste espaço pelo turismo necessita levar em consideração as suas especificidades. Desse modo, e a considerar as práticas observadas em campo, conclui-se que a atividade turística na praia da Romana está a pautar-se por moldes rudimentares e inconsistentes com o ideário da sustentabilidade.

Outra iniciativa do poder público municipal, potencialmente impactadora do ecossistema, local diz respeito ao projeto “Orla dos Andirá’s”. Este empreendimento, cujas obras já estão sendo efetuadas, em fase inicial, prevê o calçamento da orla da sede do município, numa extensão de 400 metros. Pelo que se ouviu do representante da prefeitura municipal por ocasião da sexta reunião extraordinária do conselho deliberativo da RESEX (RESERVA..., 2010), tal iniciativa visa alavancar o potencial turístico do município.

Preconizado pelos seus idealizadores como um projeto que irá gerar emprego e renda e fomentar a circulação de capital no município (RESERVA..., 2010), essa obra afetará diretamente o mangue e irá bloquear locais estratégicos de embarque e desembarque de pescadores artesanais (BATISTA, 2010, n. c.). Os possíveis desdobramentos e custos socioambientais dessa empreitada necessitam ser aprofundados. Mas, pelo que se viu e ouviu sobre esta questão, no contexto da pesquisa, a discussão acerca de tais custos, bem como alternativas à sua atenuação, estão relegados ao segundo plano.

Vale ressaltar que não se contesta os efeitos positivos que tal empreendimento presumivelmente trará ao município, sobretudo em termos de geração de postos de trabalho diretos e indiretos. Mas defende-se que sua execução considere as especificidades socioambientais concernentes à UC existente neste território. A nortear este processo há que se incrementar a participação dos potenciais afetados por essa obra – precisamente os usuários da RESEX Mãe Grande – nos debates acerca de sua implementação.

## **2 TENDÊNCIAS RECENTES QUANTO AO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS NA RESEX MÃE GRANDE**

De acordo com Simonian (2004), a criação de reservas extrativistas representa a potencialização de uma possibilidade de exploração e uso sustentável dos recursos naturais existentes em tais modalidades de unidades de conservação. No entanto, a considerar as problemáticas existentes em Mãe Grande, que indicam a persistência de um manejo negativo dos recursos naturais, infere-se



que as transformações preconizadas pela criação da RESEX, no que se refere à construção da sustentabilidade, estão a ocorrer muito timidamente.

O Plano de Manejo, que poderia disciplinar práticas nocivas à sustentabilidade da área, ainda se encontra em processo de elaboração. A desistência do consultor contratado pelo ICMBio para a formulação deste plano, por motivos pessoais (RESERVA..., 2009b), atrasou ainda mais esse processo. Atualmente, segundo informações do analista ambiental responsável pela UC, está a se aguardar os trâmites burocráticos para efetuar uma nova contratação e dar continuidade à construção do referido documento.

Neste íterim, o Plano de Utilização – regulamento de utilização da área, elaborado pelos usuários e aprovado pelo órgão ambiental competente, que implementa as decisões, procedimentos e punições voltados à utilização sustentável das UCs, é o instrumento formal e/ou mecanismo de ordenamento que rege a exploração dos recursos naturais existentes na RESEX<sup>9</sup>. Este, em consonância com as premissas da sustentabilidade ambiental, proíbe o desmatamento, corte de raízes do mangueiro, retirada de cascas do mangue e o uso de substâncias icictotóxicas, a exemplo do timbó (*Paullinia pinnata*, L. Sapindaceae). (PLANO..., 2005), práticas tradicionalmente efetuadas pelos extrativistas locais. A captura de caranguejo, por exemplo, é condicionada à técnica conhecida por braceamento ou braço, com o auxílio de gancho, sendo proibidos o uso do tapa ou laço.

Neste ponto, é mister uma descrição de tais modalidades, com vistas a embasar o entendimento acerca de seus usos e efeitos no âmbito da RESEX Mãe Grande. O modo de captura de caranguejo assinalado como predominante entre os usuários da RESEX é o braço ou braceamento, considerado por esses como o que menos afeta a manutenção deste recurso. Tal método consiste na introdução do braço do coletor na toca até alcançar o crustáceo, retirando-o, então, para o exterior.

Por seu turno, o tapa consiste no bloqueio, com a lama do próprio mangue, da entrada dos esconderijos dos caranguejos, de modo a obstruir a entrada do ar e forçá-los a subir à superfície para respirar, quando então são capturados. O laço é o método em que um fio de *nylon* com um pequeno pedaço de madeira ou galho é posicionado na entrada das tocas, aprisionando o crustáceo na saída. O gancho, por sua vez, implica na utilização de um ferro em forma de anzol na ponta de uma vara de madeira, de modo a facilitar a captura dos caranguejos dos buracos mais profundos<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Este Plano está em vigor desde 21 de outubro de 2005.

<sup>10</sup> Conforme informações verbais prestadas por interlocutores da pesquisa.

No contexto da pesquisa de campo, o uso destas técnicas foi apontado por interlocutores diversos como responsável, em parte, pela diminuição desses recursos. Segundo interlocutores da pesquisa, a utilização do laço, tapa e gancho estaria sendo intensificada, sobretudo por indivíduos oriundos de outras localidades. As implicações desse processo são ilustradas no depoimento abaixo:

[...] é uma captura que prejudica muito a nossa RESEX. Não só prejudica o caranguejo como também o próprio manguezal. O manguezal fica demais atolento, as árvores ficam caindo, a sustentação fica fraca [porque] no tapa se tapa os buracos do caranguejo e aí vai quebrando a raiz. O tapa mata não só o caranguejo grande, mas o pequeno que tá ali, vizinho, do lado, que não tem aquela sustância pra furar o bloqueio da lama<sup>11</sup>.

Destarte, tais práticas comprometem a reprodução da fauna e flora do ecossistema manguezal e, por conseguinte, a própria reprodução socioeconômica de seus usuários. A pensar como Maneschy (2005), e no que se refere à espécie *Ucides cordatus*, essa conjuntura é um reflexo da ampliação da pressão comercial sobre esse produto e sua comercialização, mesmo em períodos cuja captura é proibida, como durante o “sauatá” (acasalamento).

Com efeito, este parece ser um processo relativamente recente. As práticas de uso dos recursos naturais tradicionalmente empregadas pelas populações extrativistas locais fazem parte de um modo de vida, que secularmente vem garantindo a sua sobrevivência, e cujas estratégias e técnicas de manejo são transmitidas de geração a geração. Pelo que se pôde verificar no decurso da pesquisa, de modo geral, a combinação das atividades agrícolas, pesca artesanal e extrativismo, prevalecente na maioria das comunidades, até décadas recentes exerceu impactos pouco expressivos sobre os recursos naturais em sua totalidade. Desse modo, presume-se que esse quadro vem sendo alterado gradativamente por fatores exógenos, de tipos diversos.

A pressão dos mercados consumidores também está produzindo impactos sobre a atividade pesqueira, sobretudo o recrudescimento de pescadores oriundos “de fora”. Outrossim, a pressão demográfica que torna o litoral curuçaense uma área de escape, influenciado pela expectativa de empreendimentos, a exemplo do porto Espadarte (ROCHA, 2007), representaria um fator preponderante no declínio sistemático dos recursos naturais existentes na RESEX Mãe Grande e no seu entorno.

Exemplares nessa direção são as transformações inseridas nas técnicas de pesca utilizadas na região, a exemplo da fuzaca e da estacada. A primeira consiste na instalação de redes de pesca em larga escala, fixadas em varas de madeira,

<sup>11</sup> Emanuel Sousa Lima. Entrevista concedida à primeira autora em 16 de julho de 2009.

conhecidas localmente como estacas, dispostas em contiguidade. A segunda é uma armadilha colocada à margem de rios, cuja espessura da rede é tão diminuta que captura indistintamente peixes grandes e pequenos, mas, sobretudo, estes últimos, os quais, sem valor comercial, geralmente são descartados pelos pescadores.

Outra mudança introduzida diz respeito aos currais. Estes, produzidos com estacas de madeira, redes e tarrafas esticadas à sua volta para capturar peixes e crustáceos na maré cheia, sempre foram tradicionalmente montados às margens das ilhas formadoras dos manguezais (BATISTA, 2009, n. c.; KOTSHO, 2007). Com a chegada de pescadores oriundos de outras localidades, instalados em barcos industriais, estas armadilhas pesqueiras passaram a ser montadas no meio dos cursos de água, constituindo um obstáculo à sua fluência e causando o assoreamento dos rios.

É unânime entre os pescadores mais antigos a constatação de que no passado a piscosidade nas águas da região era bem mais elevada, possibilitando a realização da pesca em locais mais próximos de suas residências e obtendo uma produção em menor tempo. Atualmente, ao contrário, a escassez gradativa dos estoques pesqueiros tem obrigado um deslocamento para distâncias cada vez maiores, visando obter uma quantidade satisfatória do produto, de modo a atender às necessidades da família.

A fala de um pescador experiente<sup>12</sup> ilustra esta situação: “[...] o peixe tá ficando mais longe [...] o tanto de peixe que nós pegávamos há 20 anos atrás, aqui na foz desse rio com 400 anzóis, nós só pegamos hoje com 2.000 anzóis”. Esta realidade também se estende aos crustáceos. De acordo com Francisco José Silva de Sousa, catador de caranguejo:<sup>13</sup> “[...] antigamente, quando chegava oito horas pra tirar caranguejo, 11, 12 horas tava saindo com 200, 300 caranguejos. Uma pessoa, hoje, entra seis da manhã e sai seis da tarde pra tirar 30, 20 caranguejos!”.

Nesse contexto, evidencia-se uma apreensão generalizada acerca da “invasão” sistemática de pescadores e coletores de municípios vizinhos, como São Caetano de Odivelas, Vigia e Marapanim, entre outros, nos territórios de pesca e coleta de crustáceos localizados dentro e no entorno da RESEX, e tradicionalmente utilizados pelos seus usuários.

Tudo quanto é mangal é explorado pelo pessoal de São Caetano, antes era de Colares [...] a exploração é muito grande. Agora tem muito barco, muita gente. A gente olha pro oceano à noite na Romana, é uma iluminação

<sup>12</sup> Naziazeno Ferreira Caxias, entrevista concedida à primeira autora em 22 de janeiro de 2009.

<sup>13</sup> Informação verbal repassada à primeira autora em julho de 2009.

como na cidade. Muito barco, um perto do outro, até onde a vista alcança. (Vindos) de Curuçá, Vigia, São Caetano [...] antigamente era pouca gente, pouca rede. Nos anos 60, o peixe zoava que a gente ouvia a quilômetros de distância. Hoje pra pegar dez quilos de peixe, rebola [sic]<sup>14</sup>.

Segundo interlocutores da pesquisa nas comunidades contatadas, e conforme já assinalado, este processo vem intensificando a exploração dos recursos naturais existentes na RESEX, ameaçando, em médio prazo, a manutenção dos meios de vida das populações locais, sobretudo no que respeita ao caranguejo.

Maneschy (2005) argumenta que a pressão dos mercados, provocada pela elevação da demanda, sobretudo em centros urbanos regionais e extrarregionais, tem provocado o recrudescimento da extração do caranguejo nos manguezais do litoral paraense. Ainda segundo esta autora, além de promover a diversificação das técnicas e reorganização do trabalho familiar nas comunidades produtoras do crustáceo, tal processo engendrou a abertura de novas áreas de exploração.

Em São Caetano de Odivelas, os tiradores referem-se à prática da “baixada”, quando passam dias seguidos em manguezais distantes, supostamente mais produtivos, o termo baixada refere-se ao fato de que, em geral, procuram áreas à jusante dos rios, ou ao longo do litoral, como é o caso da *Praia da Romana*, no município vizinho de *Curuçá* (MANESCHY, 2005, p. 152, grifos nossos).

A considerar a intensificação da comercialização do produto no mercado, o cenário de exploração predatória deste recurso por agentes externos no contexto da RESEX Mãe Grande tende a se agravar, inclusive com elevadas probabilidades de ocorrência de conflitos entre estes e as comunidades autóctones<sup>15</sup>.

Nessa conjuntura, o período de defeso do caranguejo (IBAMA, 2003), instituído precisamente para coibir a sua extração intensiva, tem sido sistematicamente desrespeitado, conforme verificado em campo (BATISTA, 2010, 2009, n. c.) e veiculado pelos meios de comunicação, os quais têm relatado com frequência a apreensão deste produto no período mencionado. Ademais, a portaria recente, proibindo a comercialização da massa cozida do caranguejo, por razões sanitárias, conforme veiculado pelos meios de comunicação, também vem sendo burlada, sobretudo nos mercados consumidores extrarregionais.

<sup>14</sup> Claudomiro Pinheiro Barbosa, Informação verbal repassada à primeira autora em julho de 2009.

<sup>15</sup> Durante a pesquisa de campo soube-se que diversos desses sujeitos efetuam práticas intimidatórias junto aos usuários da RESEX, como o porte de armas de fogo na atividade de extração do caranguejo em território da UC (BATISTA, 2009, n. c.).

Ao considerar que as práticas sociais de utilização dos recursos naturais existentes na RESEX seguem minimamente critérios internalizados pelo grupo, de modo a garantir sua reprodução, a ação dos forasteiros configura-se como deletéria e contrária aos preceitos da sustentabilidade almejados com a implantação de uma UC no município de Curuçá. Abstrai-se, então, que os atores externos, sem nenhuma ligação cultural com estes territórios, exploram os seus recursos de modo predatório, desconhecendo quaisquer critérios no sentido de garantir a sua manutenção.

[...] os que vêm de fora derrubam o mangueiro [...] como é que o caranguejo pode se criar? Cadê a folha do mangueiro? [...] na comunidade é feita a captura (de caranguejo) no braço, os que vêm de fora, é a captura no tapa<sup>16</sup>. A gente tá sendo prejudicado pelo pessoal de São Caetano, que tira de rede, no tapa, no laço, aí vêm todos – condessa, miúdo – quando eles vêm só tira o grande e esmigalha o pequeno, a condessa<sup>16</sup>.

Ademais, as limitações de recursos materiais, financeiros e humanos, além das dimensões do território, não permitem o exercício de uma fiscalização sistemática por parte do órgão ambiental competente, de modo a coibir tais práticas. Ao pensar como Vianna (2008), tais limitações, longe de representarem um caso isolado, são frequentes em UCs de uso sustentável.

Decerto, os recursos naturais existentes no município de Curuçá estão escasseando (CURUÇÁ, 2009a; SIMONIAN et al., 2012). Conforme detectado em campo, e de acordo com pescadores entrevistados, espécies como o mexilhão, as ostras e o espadarte (*Xiphias gladius*), peixe de grande porte que abundava na região,<sup>17</sup> estariam em vias de extinção. Por seu turno, e ainda conforme a percepção nos locais, espécies como a tainha (*Mugil brasiliensis* – MUGILIDAE; Mullet) e os camarões estão gradativamente diminuindo de tamanho.

Os pescadores curuçenses atribuem esta escassez dos recursos à introdução das novas tecnologias de pesca e o conseqüente aumento da capacidade de captura dos peixes e mariscos. Os depoimentos de moradores antigos<sup>18</sup>, apresentados a seguir, ilustram esta percepção:

O que estraga mesmo é companhia grande, de Icoaraci, da Vigia, que trabalha com arrastão: dois barcos levando aquela rede contra a maré,

<sup>16</sup> Raimundo Pereira de Sousa. Informação verbal repassada à primeira autora em fevereiro de 2009.

<sup>17</sup> Conforme Fernando Cruz, atual prefeito municipal, em entrevista concedida à primeira autora em 22 de janeiro de 2009. A anunciada extinção deste peixe, segundo este interlocutor, é facilitada pela sucessiva liberação de licenças de pesca pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, o que estaria intensificando a pesca de arrasto no litoral de Curuçá, sobretudo em frente à praia da Romana.

<sup>18</sup> Com idade superior a 65 anos.

quando recolhe é três, três toneladas e meia de peixe e não aproveita nem a metade, só pescada amarela e dourada. O resto é jogado fora<sup>19</sup>!

Antes era a pesca só de tarrafa, de espinhel e de linha de mão, pegava cada tainha (grande) que hoje não pega mais<sup>20</sup>;

[...] de primeiro não tinha tanta rede que consumisse, era só na tarrafa, no curral. Hoje tem tanta rede, que espanta o peixe. [...] de primeiro não tinha tanta canoa motorizada, hoje tem muita<sup>21</sup>!

Outras ocorrências pontuais, porém não menos graves, têm contribuído com este quadro de insustentabilidade. Em campo, precisamente na comunidade Ponta de Ramos, soube-se pelos pescadores locais, das recentes construções de imóveis por pessoas estranhas, oriundas da capital do estado do Pará, que estariam aterrando áreas de mangue para a construção de muros. Segundo Paulo Ronaldo da Silva Ferreira,<sup>22</sup> “[...] o pessoal tá fechando, fazendo tapagem; tão botando muro por dentro do mangal, um cara de Belém”. Tal prática, além de terminantemente proibida pela legislação ambiental, estaria praticamente a impedir o acesso dos pescadores aos portos tradicionalmente utilizados para embarque e desembarque de suas canoas e demais apetrechos de pesca.

Os crustáceos também estariam sendo afugentados, comprometendo a alimentação dos extrativistas locais, pois “[...] cercaram o mangue, tirou a raiz do mangue e os caranguejos se mudam todinho, quando não, morre! A beira tá quase toda tomada, daqui a pouco a gente vai ficar sem porto”<sup>23</sup>. Observou-se o local indicado e constatou-se *in loco* tal situação.

Por sua vez, na comunidade Caratateua, um dos maiores polos da RESEX, com aproximadamente 193 famílias,<sup>24</sup> o lençol freático que abastece a localidade está contaminado, impróprio para consumo humano e provocando os mais diversos problemas de saúde, principalmente dermatológicos. Segundo os moradores locais, a fonte de contaminação seria um empreendimento de carcinicultura (cultivo de camarões), localizado às proximidades da comunidade. E, de acordo com o presidente da AC local, denúncias já teriam sido dirigidas aos órgãos competentes, porém, as providências no sentido de sanar o problema não teriam sido tomadas.

A ata da segunda reunião ordinária do Conselho Deliberativo da RESEX – realizada em 3 de dezembro de 2008 (RESERVA..., 2008) – revela a abordagem dessa problemática naquela ocasião. Convidado a dar esclarecimentos, o

<sup>19</sup> Claudomiro Pinheiro Barbosa, Informação verbal repassada à primeira autora em julho de 2009.

<sup>20</sup> Domingas Negrão, entrevista concedida à primeira autora em 23 de janeiro de 2009.

<sup>21</sup> Rosil Monteiro Cabral. Informação verbal repassada à primeira autora em julho de 2009.

<sup>22</sup> Informação verbal repassada à primeira autora em abril de 2010.

<sup>23</sup> Idem à nota anterior.

<sup>24</sup> Conforme registrado no Posto Saúde da Família (PSF) local.

responsável pela atividade alegou que teria licenciamento da Prefeitura Municipal e do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Porém, ainda de acordo com este documento, este foi bastante questionado, devido ao fato de as espécies cultivadas serem exóticas (*Litopenaeus vannamei*, Boone) e não nativas do mangue, o que vem provocando um desvirtuamento dos objetivos de criação da RESEX. Quanto a isso, foi respondido que existem poucos estudos sobre o camarão nativo, o que dificultaria a mudança da espécie criada pela regional.

A leitura das atas e demais documentos das reuniões ordinárias e extraordinárias subseqüentes demonstrou que este assunto não mais foi tratado, pelo menos no âmbito do Conselho. E, portanto, a comunidade continuou a arcar com os prejuízos decorrentes de tal empreendimento, que, inclusive, é financiado pelo BASA.

A conformação deste cenário desvela uma realidade distante dos pressupostos do desenvolvimento sustentável que se pretende consolidar na região. Nesse contexto, a implantação de uma UC na área destaca-se como um instrumento potencial ao imperioso enfrentamento dessas problemáticas, bem como à construção de alternativas para o seu equacionamento. De certo modo, a instituição da RESEX representou uma intervenção no modo de vida tradicional da população extrativista local, que sempre praticou suas atividades livremente, sem restrições.

Em que pese à persistência de práticas negativas de manejo, verifica-se minimamente alguns avanços no que tange ao acatamento dos mecanismos de ordenamento dos recursos. A perspectiva de punição também se revela um fator importante nesse contexto. Os depoimentos a seguir são ilustrativos a esse respeito<sup>25</sup>.

Colegas meus que todo dia iam lavar veneno já estão conscientes que não podem fazer isso. A gente mesmo tá respeitando a época do caranguejo. Lei é lei, senão isso [recursos naturais] vai acabar<sup>26</sup>;

[...] no caso do sauatá, botava muita rede pra pegar caranguejo, depois da RESEX, o Abel [presidente da associação comunitária] andou dando em cima (sic) e o pessoal parou mais<sup>27</sup>;

Houve uma pequena mudança, mas a conscientização ainda não é suficiente pra alcançar o patamar que a gente quer<sup>28</sup>;

<sup>25</sup> Estas falas são alusivas ao seguinte questionamento: “percebe alguma mudança nas práticas de manejo da pesca e extrativismo após a criação da RESEX?”

<sup>26</sup> Josiel Pinheiro dos Santos. Informação verbal repassada à primeira autora, em fevereiro de 2009.

<sup>27</sup> Jonílson Pereira Macedo. Informação verbal repassada à primeira autora, em fevereiro de 2009.

<sup>28</sup> Eremito Monteiro de Almeida. Informação verbal repassada à primeira autora, em julho de 2009.

Mudou um pouco. Antigamente o pessoal botava muita rede pra pegar caranguejo, mas na rede pega tudo: pequeno, condessa [fêmea do caranguejo], e o presidente [da associação comunitária] proibiu, agora diminuiu o uso da rede, só algumas pessoas que ainda usam a rede. [...] o presidente disse que se pegar a rede, ele prende [o equipamento] [...] ele explicou pro pessoal na reunião e o pessoal deixou de pegar. Aí o pessoal ficou receoso, porque se o IBAMA pegar, ele leva mesmo<sup>29</sup>.

Conforme constatado em campo (BATISTA, 2010, 2009, n. c.), este processo varia de acordo com o nível de conscientização existente em cada localidade, e com a atuação dos líderes comunitários

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se considerar a conjuntura histórica local, assinalada pela inexistência de políticas públicas dirigidas às populações extrativistas, e a ausência de mecanismos de ordenamento e de utilização racional dos recursos naturais, a pertinência da instituição desta UC é incontestável. Todavia, em face dos pressupostos da sustentabilidade preconizados na literatura consultada e das práticas existentes no contexto da RESEX Mãe Grande, infere-se que as transformações preconizadas pela criação desta RESEX quanto à construção da sustentabilidade, estão ocorrendo muito timidamente. Assim, muito ainda há de ser feito, com vistas à superação do cenário atual.

Aliás, o alcance limitado das iniciativas de conservação nesta UC exige tipos diversos de intervenção. No que tange ao aspecto coercitivo, é urgente uma atuação mais efetiva do órgão fiscalizador, no sentido de refrear as práticas predatórias engendradas por sujeitos exógenos e assegurar condições para que as próprias comunidades possam ser parceiras nesse processo, viabilizando condições para que os comunitários possam fiscalizar e denunciar tais práticas com segurança. A conclusão do plano de manejo da RESEX, nesse contexto, é imperativa.

Por seu turno, no que diz respeito ao aspecto preventivo, atividades como criação de ostras, apicultura, artesanato – a partir de materiais diversos – entre outras, representam um potencial a ser considerado em termos de políticas públicas de geração de renda, a serem direcionadas aos usuários desta UC. Ademais, a garantia do seguro-defeso aos pescadores artesanais e trabalhadores do mangue, hoje inexistente, ao assegurar a estes uma fonte de recursos financeiros

<sup>29</sup> Ilza Negrão. Informação verbal repassada à primeira autora, em julho de 2009.



em épocas de reprodução de crustáceos e espécies pesqueiras, representaria uma possibilidade de amenizar a utilização desses recursos em tais períodos, contribuindo, em médio e longo prazos, para a sua manutenção.

Por fim, é de se ressaltar a necessidade de capacitação dos usuários para o exercício da gestão compartilhada da área, conforme preconizado pela legislação. Esse processo requer fundamentalmente a propagação de informações às comunidades a respeito dos objetivos, atribuições e competências das UCs, e dos modos adequados de manejo dos recursos naturais. Mas, ao se efetivar tal disseminação, é fundamental que se respeite as especificidades culturais, socioeconômicas e ambientais endógenas. Só assim se poderá construir um projeto político que efetivamente promova o desenvolvimento socioeconômico local, em consonância com os objetivos de criação e implementação desta Unidade de Conservação.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, I. M. S. **Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da RESEX Mãe Grande de Curuçá**. 2010. 199f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

\_\_\_\_\_. **Anotações efetuadas em caderno de campo**. Curuçá, 2010. (Arquivo Pessoal).

\_\_\_\_\_. **Anotações efetuadas em caderno de campo**. Curuçá, 2009. (Arquivo Pessoal).

\_\_\_\_\_. **Anotações efetuadas em caderno de campo**. Curuçá, 2008. (Arquivo Pessoal).

BRASIL. Decreto s. n., de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 de dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/brasil/PA/resex-mae-grande-de-curuca/downloads/decreto-de-13-de-dezembro-de-2002>>. Acesso em: 04 maio de 2008.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional do Câncer. **A Situação do Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2006. 119 p. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/situacao/>>. Acesso em: 25 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO 2003. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE SEGURO DESEMPREGO, DURANTE O PERÍODO DE DEFESO, AO PESCADOR PROFISSIONAL QUE EXERCE A ATIVIDADE PESQUEIRA DE FORMA ARTESANAL. **DIÁRIO OFICIAL [DA] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. BRASÍLIA, DF, 26 DE NOVEMBRO DE 2003.

CURUÇÁ Prefeitura Municipal. Secretarias de Integração Municipal, Meio Ambiente, Pesca e Aquicultura e Agricultura. **Diagnóstico do Município de Curuçá**. Curuçá, 2009. 87 p., il.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 34 de 24 de junho de 2003. Proíbe anualmente, no período de 1º de dezembro a 31 de maio, a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de fêmeas da espécie *Ucides cordatum*. conhecido popularmente por caranguejo-uçá, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jun. 2003.

KOTSHO, R. Histórias de vida e morte nos santuários ameaçados dos manguezais de Curuçá. **Revista Brasileiros**, n. 2, p. 57-65, ago. 2007.

MANESCHY, C. A. Socioeconomia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. In: FERNANDES, M. E. B. (Org.). **Os manguezais da costa norte brasileira**. São Luís: Fundação Rio Bacanga, 2005.

PAE Mãe Grande de Curuçá: Recursos beneficiam assentamentos na costa amazônica. **Revista Terra da Gente**, Brasília, DF, p. 15-17, out. 2007. Edição especial.

PLANO de Utilização da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá. Curuçá, 2005. 6 p. (digit.).

QUARESMA, H. D. A. B. **O desencanto da princesa**: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodual/Maiandeuá. Belém: NAEA, 2003.

**RELATÓRIO do projeto MEGAM**: estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico. Belém: UFPA/NAEA, 2005, 128 p.

RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ. Conselho deliberativo. **Ata da sétima reunião ordinária**. Curuçá, 19 mar. 2010. 7 p. digit. (Arquivo do ICMBio), 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho deliberativo. **Ata da quarta reunião extraordinária**. Curuçá, 12 nov. 2009. 12 p. digit. (Arquivo do ICMBio), 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho deliberativo. **Ata da segunda reunião ordinária**. Curuçá, 03 dez. 2008. 5 p. digit. (Arquivo do ICMBio), 2008.

ROCHA, J. M. da. Projeto Gestão Participativa na RESEX Mãe Grande. **Relatório final**. Curuçá, 2007, 38 p.

SIMONIAN L. T. L. (Org.). **Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes**: experiências na Trambioca (Barcarena, PA). Belém: NAEA/UFPA; Projeto NAEA/Fundação Ford, 2004.

\_\_\_\_\_. et al. **Pacamorema/RESEX Marinha Mãe Grande**: terra de feiticeiras ou metáfora para impasses ao desenvolvimento? Belém: NAEA, 2012. il.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

Texto submetido à Revista em 04.09.2012  
Aceito para publicação em 24.04.2013